

O “NOVO” DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE

Edson Antunes Quaresma Júnior¹
Elisa Yoshie Ichikawa²

RESUMO

O discurso da sustentabilidade alcançou proporções nunca antes vistas. Efervescem instituições, regulamentos, documentos, discursos e também contradições internas. São todos elementos heterogêneos de um campo que se articula e se movimenta, se esconde e se torna visível, conclama ao indivíduo sua força e intenção, interesse, atenção, enquanto sorrateiramente busca a manutenção de sua hegemonia. Neste artigo, busca-se demonstrar esta tentativa de manutenção hegemônica, através de uma análise sobre o intangível, o dispositivo. Para tal lança-se mão de partículas discursivas sobre sustentabilidade, que tornam visíveis marcas obscurecidas de um velho sistema. Uma nova forma de encarar o capitalismo? Para além de discussões sobre as incomensurabilidades, busca-se aqui, demonstrar o mesmo capitalismo de outrora, mas agora revigorado, “reencantado” pela tríade de demandas sociais, econômicas e ambientais: uma nova formatação discursiva, um velho sistema. Para o alcance dos objetivos do trabalho, ele está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, há uma introdução, onde se contextualiza o tema. A seguir, tenta-se argumentar, a partir de leituras sobre alguns textos sobre desenvolvimento sustentável, sua relação com o conceito de dispositivo. No tópico seguinte, a intenção é problematizar a posição do indivíduo nessa discussão. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo mostrando a continuação de um dispositivo, agora chamado de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: dispositivo, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Muito embora o tema do Desenvolvimento Sustentável (DS) tenha alcançado nítido destaque na contemporaneidade, a percepção de um coro comum é incorreta, uma vez que internamente, existem diversas contradições. Como exemplo, podem-se citar as dicotomias entre os fundamentos da “ala” desenvolvimentista (que se origina na economia) e as bases da sustentabilidade, que é muito mais próxima da ecologia: um conflito entre duas linhas que dividem o tema. Esta discussão, todavia, deve ser levada para além da questão da incomensurabilidade que se proclama entre o que é desenvolvimentista ou sustentável.

A visão defendida é que a manutenção da discussão da forma como está posta, (mesmo com suas dúvidas, incoerências e ausência de solução) já se traduz como um “dispositivo” (termo oriundo dos trabalhos de Foucault). Desta forma, a discussão se desenvolve dentro

¹edsontunes@hotmail.com

²eyichikawa@uem.br



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

de um sistema de forças e, considerando-se que nenhum dispositivo está situado na neutralidade, já favorece determinado lado.

Assim, percebe-se a necessidade que se abre: verificar se em fragmentos discursivos de documentos e nos resultados atuais de pesquisas acadêmicas, já se encontram bases para a declaração do DS enquanto um dispositivo foucaultiano.

Para esta empreitada, iniciou-se, pelas discussões teóricas, sobre o que seria um dispositivo na perspectiva de Foucault. Por si só, esta análise já se encontra obstaculizada, visto que o autor não permitiu a elucidação clara de um conceito dentro de seus trabalhos. Seguindo uma linha não direta então, dois autores principais serão lançados para esta tarefa: Agamben e Deleuze. Ambos tratam de definir o conceito, muito embora de maneira ligeiramente distinta.

Diante de mais esta problematização, e cientes de que além de Foucault, o caminho indireto poderia ser esclarecedor para o que estava sendo proposto, caminhou-se pelas três análises, pelos três autores, trazendo artigos acadêmicos sobre o DS que fossem complementares às abordagens, na tentativa de analisar se o desenvolvimento sustentável se enquadraria na noção de dispositivo.

Assim, foram elucidadas as mudanças de foco do econômico para o social e (posteriormente) para o ambiental, através do relatório de Brundtland e a leitura deste conceito de DS feita por trabalhos como o de Kugelmas (2007), Moralejo *et al.* (2009) e Cavalcanti (2012). Esta “readequação discursiva” é percebida sobremaneira pela emergência/visibilidade de instituições que, enquanto elementos discursivos, traduzem idealizações e discursos do DS para o plano das ações práticas. E este movimento é perceptível desde a Guerra Fria até a contemporaneidade, como deixa claro Machado (2006). Como final da argumentação, acompanham-se análises de resultados sobre os indivíduos, já que é neles que o dispositivo encontra sua maior força. Para tal, analisou-se, para este artigo, alguns trabalhos como os de Pesqueux (2009), Milne (1996) e Byrch (2007) sobre a visão de sustentabilidade para executivos no interior de organizações.

Tece-se no movimento escolhido, algumas relações entre as forças disputantes no discurso e a partícula mais importante do poder: o indivíduo. Acredita-se que o caminho escolhido é parecido com o de Foucault nas suas obras sobre a sexualidade: assim como o autor, buscou-se nas fontes secundárias possíveis, uma análise sobre o intangível, o dispositivo.

Ao propor o objetivo de compreender a possibilidade de análise do DS enquanto um dispositivo foucaultiano, este trabalho avança na discussão sobre as imbricações da sustentabilidade e torna mais claros os elementos que estão em jogo. Demonstra que as tomadas de posição já são, por si, mesmo entre uma linha argumentativa ou outra (se desenvolvimentista ou ecológica), enquadramentos que fortalecem um direcionamento dentro de linhas delimitadas de poder: a manutenção da expansão do capitalismo.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENQUANTO UM DISPOSITIVO



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Conectar ao DS a ideia de dispositivo não é tarefa fácil. Principalmente pela complexidade de um conceito que, assim como diversos em Foucault, deixou margens para análises. O desenvolvimento desta ideia trata de um dos grandes legados de Foucault (1998; 1994; 1988; 1987; 1979; 1977). Esta consideração foi aplicada e determinante em diversos trabalhos, lançando novas perspectivas, assim como novas luzes sobre os temas abordados pelo autor.

Entretanto, mesmo diante do desenvolvimento de algumas ideias coerentes e que chegam ao dispositivo, poder-se-ia dividir o conjunto de trabalhos ora citados em dois subgrupos principais. Assim, se em alguns textos contidos em Foucault (1979; 1994; 1977) trabalham-se formas discursivas que levam a relações entre saberes, poderes e a disciplina, nas suas últimas obras, Foucault (1988; 1987; 1998) lança olhares sobre o dispositivo da sexualidade. Nestas, deixa claro que tema tão complexo vai além dos binarismos definidos pela relação entre corpo ou alma, carne e espírito, instinto ou razão etc. A sexualidade seria algo que se tece dentro das malhas do poder e que busca na discussão mais que uma resposta: um “posicionamento” do indivíduo, denotado nas ações cotidianas que ele realiza. Desta maneira, o segundo agrupamento culmina demonstrando como as redes criadas pelos discursos se relacionam com a uma “prática de si” em Foucault (1998) ou em uma “cultura de si”, um trabalho da alma, em Foucault (1987).

Ao serem olhados em ordem cronológica, vê-se nestes conjuntos de trabalhos do autor, as relações entre os saberes-poderes que se manifestam no arcabouço dos diversos discursos. O ápice de suas considerações culmina nos “modos de sujeição” individuais: o esclarecimento das sérias imbricações do discurso na ideia de “sujeito”, a elucidação da ideia de dispositivo. Mas, quais as implicações de se pensar estas propostas para o DS?

Inicialmente, seria importante explorar melhor as possibilidades do conceito de dispositivo. Mas daqui já se esbarra com certa complexização, já que, para Agamben (2009), mesmo discutindo muito e tendo base naquele conceito, Foucault não o define nitidamente em seus livros, deixando impressões mais coerentes em entrevistas posteriores. Assim, nestes fragmentos orais, poder-se-ia perceber algumas aproximações:

O que eu tento indicar com este nome é, primeiro, um grupo decididamente heterogêneo que inclui discursos, instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, brevemente, o que é dito e também o não dito, estes são os elementos do dispositivo. O aparelho em si é a rede que se estabelece entre esses elementos (FOUCAULT, 1994 *apud* AGAMBEN, 2009, p. 1, tradução nossa).

Já com base neste primeiro fragmento citado por Agamben (2009), é perceptível que existe uma conexão entre a análise foucaultiana e o DS, uma vez que se têm observado em grande maneira a heterogeneidade das discussões, o nascimento de diversas instituições, proposições, regulações. Deleuze (2009) também concordaria com esta definição do termo. Seria para ele, “(...) antes de mais nada um emaranhado, um conjunto multilinear.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Ele é composto de linhas de natureza diferente” (DELEUZE, 2009, p. 1). Tendo em face algumas partes do relatório da Comissão Brundtland, percebe-se esta diferenciação das linhas de pensamento já internas ao documento principal:

Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs(...). Thus the goals of economic and social development **must be** defined in terms of sustainability in all countries- developed or developing, market-oriented or centrally planned(..). Meeting essential needs depends in part on **achieving full growth potential, and sustainable development**

clearly requires economic growth in places where such needs are not being met (WCED, 1987, p. 43, grifo nosso).

No documento torna-se patente a utilização de termos heterogêneos, contendo “naturezas” intrinsecamente distintas: o pleno potencial de crescimento (full growth potential) remete ao alcance máximo da questão financeira, contrapondo-se ao desenvolvimento sustentável (sustainable development) que leva ao crescimento ponderado, aquele que considera as gerações futuras. Outra parte relevante é a demarcação de que os objetivos econômicos e sociais “devem ser” (must be) definidos em termos de sustentabilidade: demonstra que inicialmente, eles não eram ou não seguiam esta orientação. Isso pode ser percebido ao acompanhar a argumentação de Kugelmas (2007), Moralejo *et al.* (2009) ou Cavalcanti (2012): as análises sobre DS tiveram início na esfera econômica, atingindo em segunda instância a social e posteriormente a ecológica. Ainda mais: a separação entre as dimensões do econômico, social e ecológico se traduz numa difícil empreitada dos países para alcançar o crescimento das riquezas coerentemente distribuídas e também um desenvolvimento que contemple a esfera ecológica, como mostra Sachs (1986).

A incoerência conceitual é percebida também por Lélé (1991), que, usando mapas semânticos para analisar objetivos e meios que os conceitos sobre DS buscam alcançar, demonstra que os termos utilizados se agrupam nas categorias de desenvolvimento ou sustentabilidade. No primeiro estariam os juízos sobre o crescimento econômico e das necessidades básicas. No segundo as dimensões sociais e ecológicas. Lélé (1991) conclui que existe fraqueza teórica acentuada nos conceitos e mesmo sua incomensurabilidade.

Em trabalho posterior, Mebratu (1998) corrobora com a incoerência entre os grupos semânticos do DS. Neste, a relação entre um dispositivo e o DS se mostra ainda mais forte, visto que os conceitos são divididos em institucionais, acadêmicos e ideológicos. E são diversos dentro e entre grupos. A divisão demonstra a existência de divergência entre várias esferas da produção de conhecimento. Como citado anteriormente, o dispositivo perpassa “(...) instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos (...)” (FOUCAULT, 1994 *apud* AGAMBEN, 2009, p. 1, tradução nossa).



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

É importante pensar nas instituições, uma vez que estas vão ser detentoras de discursos que se cristalizam em forma de ação, denotando sua capilaridade e permeabilidade. Segundo Deleuze (2009), seriam mais que iluminadas, demonstradas, mas sim, criadas ou destruídas enquanto objetos, que só existem com suas especificações oriundas das diversas linhas discursivas.

É isso o que se observa na contemporaneidade: a grande diversidade na qual se apresentam as instituições ligadas ao DS, seus objetivos de atuação, seus resultados. Vão desde a já citada Comissão Brundtland, passando pela União para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, organizações não governamentais diversas, Banco Mundial, órgãos estatais, empresas privadas, e assim por diante. Só seria mais relevante que demonstrar a amplitude desta fauna de instituições, o fato de que cada uma delas tece seus “pequenos” documentos, contendo as instruções mais variadas, baseadas em múltiplos discursos e noções éticas das mais distintas. Assim, surgem de e criam normativas, leis e regulamentos, como é o caso do relatório citado da WCED, que é muito relevante, pela quantidade de países e que alcança com sua força orientadora um poder e sua microfísica, um ganho de força pela ramificação/dispersão/legitimação.

Seguindo a análise de Deleuze (2009), é necessário, todavia, ter em face que a emergência do conjunto de instituições e artefatos ligados a elas não esteve sempre aí. Para o autor, estas figuras variáveis remetem a curvas de visibilidade inseparáveis do dispositivo em questão. Acompanhando historicamente o processo que torna visíveis as instituições e seus artefatos, pode-se perceber já uma heterogenia discursiva, em um campo que “teve por principal função responder a uma emergência em um momento. O dispositivo tem, portanto, um papel estratégico dominante... O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder” (FOUCAULT, 1994 *apud* AGAMBEN, 2009, p. 1, tradução nossa). Assim, não se pode deixar de inscrever a ligadura entre o dispositivo e o poder, uma vez que este se trata de uma terceira dimensão daquele (DELEUZE, 2009).

As relações entre o poder e a emergência do discurso da sustentabilidade se esclarece em Machado (2006). A autora acompanha este desenrolar até o contexto atual, e ratifica: não se deve pensar na sustentabilidade como o ápice de uma consciência global que se apercebe dos limites do crescimento desenfreado e do desgaste do ambiente. Antes disso, é a consequência de uma “(...) determinada conformação de forças que busca tragar as demandas ambientalistas, subordinando-as à lógica da reprodução do sistema, em espaços que se tornam cada vez mais independentes em função dos mecanismos da acumulação flexível” (MACHADO, 2006, p. 6).

Assim, para Machado (2006), vindo do final da II Guerra Mundial ao final da Guerra Fria, a ideia de desenvolvimento foi uma arma discursiva contra o comunismo e a favor dos interesses das sociedades capitalistas industrializadas. Lideradas pelos Estados Unidos, sua principal conquista na esfera discursiva neste período foi a definição da identidade dos países do Terceiro Mundo.

Ainda considerando o apanhado feito por Machado (2006), percebe-se que com o final da década de 60, o discurso do desenvolvimento perde espaço para o DS, embora continue



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

sendo utilizado como forma de mediação entre a dominação dos países industrializados e as relações de poder em jogo. Neste período ocorrem muitas críticas ao modelo dominante, em que ficam claras as demarcações do campo em disputa: de um lado, agrupamentos de países do Terceiro Mundo, e do outro, aqueles considerados desenvolvidos.

Durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, é iniciado um movimento pelos países pobres na tentativa de diferenciar os problemas relacionados ao ambiente e os aspectos sociais (uma vez que acreditavam ter problemas se lhes fosse imputada uma impossibilidade de crescimento econômico). Esta diferenciação foi logo seguida pelos países ricos, uma vez que atendia um objetivo duplo: auxiliar nos mecanismos de expansão e acumulação de capital, e mover o foco dos problemas ambientais para os países subdesenvolvidos.

Neste ponto, se percebe que as orientações de ambos os grupos têm desacordos, mas já na sua base um ponto comum: a continuidade do discurso do desenvolvimento, mas agora ligado à sustentabilidade. Esta “nova” ordem discursiva é colocada em prática na década de 80 e culmina na Agenda 21, documento legitimado pela Rio-92, conferência ocorrida na cidade do Rio de Janeiro naquele ano de 1992. Para Machado (2006), o desenvolvimento dos países periféricos, assim como da “problemática ambiental são vinculados então à capacidade de auto-regulação do mercado, de forma mais direta” (MACHADO, 2006, p. 11).

Nos documentos resultantes da Rio-92, se pode perceber uma profunda conexão entre a dualidade discursiva adensada ora no desenvolvimento ora na sustentabilidade, e os interesses dos diversos governantes das nações. Esta conexão se fortalece por duas questões: inicialmente traz uma maior capilaridade por ser portador de uma possibilidade de solução para o velho problema do desenvolvimento (de determinadas nações) e do novo problema ambiental; e em um segundo plano, busca um novo modo de gerir os problemas decorrentes da expansão do capitalismo, cuja fórmula de gestão anterior esteve sob fortes críticas durante tempo razoável.

No que se refere à primeira dimensão, ficam claras as respostas que o DS traz ao consumo e a comunicação: como tratado por Bernadelli e Jesus (2009), *slogans* como “consumo responsável” ou “ecologicamente correto” tendem a fortalecer ainda mais o consumo, sem questionar sua lógica capitalista imanente. E são cada vez mais adotados e aceitos, denotando sua capilaridade e força.

Com relação ao segundo tópico, pode-se observar uma grande força na tentativa de criação de indicadores capazes de trazer respostas coerentes aos gestores, como a Pegada Ecológica ou mesmo o *Living Planet Index* que, elaborado pelo Fundo Mundial para a Natureza, pode ser considerado também como um índice que organiza dados de diversas áreas. Estas discussões são laicizadas em Gassner (2003), onde se aborda a construção de indicadores, com foco na ideia de escassez. Nele, área e fluxo monetário são pontos



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

chaves. Alguns autores mais críticos como Veiga (2006), entretanto, sugerem uma total mudança dos indicadores econômicos para que possam ser utilizados. Mas em sua grande maioria, os indicadores tratam de tentar conectar grandezas econômicas, sociais e ambientais.

A tentativa da comensurabilidade de fatores tão distintos como econômicos, sociais e ambientais, demonstra, como define Machado (2006), a existência de um campo móvel de disputas em torno da ideia de DS. Neste campo, a produção de saberes se conecta com poderes e, independentemente do nível de precisão, media as contradições imanentes à expansão do sistema capitalista em seu processo. Ou seja, existe aqui um discurso embrenhado nas relações de poder. Poderia então ser um dispositivo? Seria capaz de satisfazer todos os critérios que definem as categorias de um dispositivo? Para responder a esta questão, seria relevante observar como Agamben (2009) interpreta o pensamento de Foucault (1994):

- 1) É um grupo heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, o linguístico e o não-linguístico, ao mesmo mote: as idéias, as instituições, os edifícios, as leis, a ação policial, proposições filosóficas, e assim por diante. O aparelho em si é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O aparelho tem sempre um papel estratégico específico e sempre se inscreve em uma relação de poder.
- 3) É geralmente um *reseau*, uma rede porque inclui em si a episteme, que é, para Foucault, aquilo o que em dada sociedade, permite distinguir o que é aceito como uma afirmação científica do que não é científico (AGAMBEN, 2009, p. 2, tradução nossa).

Pelas argumentações dos diversos autores lançados até o momento, seria possível a definição do DS como um dispositivo, já que se enquadraria nas diversas categorias: é uma rede que se estabelece entre elementos do dito e do não dito, em uma formação que atende a emergências

específicas, subscrito em um jogo de poder. Trata-se, assim, de função estratégica que busca um domínio. Esta questão denota outra. Demanda-se compreender as implicações.

Problematizando: se se está em frente a um dispositivo, como foi demonstrado, quais são as implicações para a sociedade em seus indivíduos?

3 IMPLICAÇÕES DO DISPOSITIVO DA SUSTENTABILIDADE

A partir deste ponto, se faz necessária outra análise. Isso porque embora tenham sido apontadas as questões coerentes nas análises de Agamben (2009) e Deleuze (2009), existe entre eles uma ruptura conceitual, a partir do ponto em que o dispositivo começa a ser tratado em sua relação com as pessoas. O investimento nesta questão é realizado



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

efetivamente nas obras mais tardias de Foucault, aquelas que tratam da sexualidade, mas têm marcas nas suas obras anteriores.

Assim, ao fim de sua discussão e após agregar novas fontes, Agamben (2009), traz sua real definição, sua versão específica do termo, neste caso já abrangendo o sujeito. Para o autor, trata-se de tudo o que “de alguma maneira têm a capacidade de capturar, orientar, identificar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, os comportamentos, as opiniões e discursos dos vivos” (AGAMBEN, 2009, p. 6, tradução nossa). Seria então esta a proposta de Foucault (1988; 1979; 1977)?

Existe um problema aqui. As ponderações de Agamben (2009) consideram uma separação entre o indivíduo e o poder, entre o dispositivo e o sujeito. A um caberia criar mecanismos para manter o outro sob controle, orientação, visibilidade. Em algumas obras, entretanto, fica nítido que para Foucault,

(...) o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão, o poder passa através do indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Não há separação nítida entre o poder e o indivíduo. Os mecanismos disciplinares têm sua força máxima na particularização³, nos corpos e suas relações, através de uma subjetivação específica. Para Foucault (1988), o poder emana da subjetivação dos seres, de suas atividades e sua subjetivação: se exerce através de diversos pontos; é imanente e produtor de uma subjetividade; reside no mesmo local de onde emana a resistência.

Diferentemente de Agamben (2009), Deleuze (2009) traz em seu material outra forma de pensar o sujeito⁴. Naquele, fica claro que o indivíduo é alvo dos dispositivos, que o

influenciam e são influenciados. Neste, seu ponto de reflexão e desdobramento, quando associado a sua subjetivação específica. E é exatamente pelo caminho relacionado à subjetivação que as pessoas se conectam com dispositivos diferentes, criando novas leituras e significações. A proposta do segundo autor, portanto, se aproxima com muita coerência das relações entre dispositivo e sujeito, conforme é perceptível em Foucault (1988; 1979; 1977).

³ Nas palavras do autor: “as disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis” (FOUCAULT, 1977, p. 185).

⁴ A análise aqui é diferente da de Agamben (2009), até em termos de método: este tenta definir seu conceito por meio de análises históricas. Deleuze (2009) trata do que é e do que é composto internamente um dispositivo. O primeiro foca o passado, o segundo os elementos constituintes no presente.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

Torna-se relevante então explorar o trabalho de Deleuze (2009). Para ele, as três instâncias necessárias ao funcionamento do dispositivo são: saber, poder e subjetividade. E estes são variáveis, se encontrando em constante duelo uns com os outros por meio de linhas:

(...) de **visibilidade, de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura**, e todas se entrecruzam e se misturam, de modo que umas repõem as outras ou suscitam outras, através de variações ou mesmo de mutações de agenciamento (DELEUZE, 2009, p. 3, grifo nosso).

Para o autor, as curvas de **visibilidade** são feitas de linhas que formam figuras variáveis e inseparáveis do dispositivo em questão. Para além de iluminar, de demonstrar, elas “criam e destroem” objetos, que só existem com suas especificações. Desta forma, está subscrito ao dispositivo o que ele deixa claro ou obscurece. Como exemplo, pôde-se observar através do trabalho de Machado (2006), que o discurso atual esclarece as novas demandas do DS, mas não o escuro jogo de poder subscrito em suas batalhas e interesses, que demonstra a orientação comum entre líderes de países pobres e ricos para a manutenção dos modais capitalistas principais e suas demandas.

O embate teórico proposto por Machado (2006) elucida também a problemática das linhas de **força**, uma vez que são responsáveis por ir

(...) de um ponto singular a um outro nas linhas precedentes; de certa maneira elas “retificam” as curvas precedentes, traçam tangentes, envolvem os trajetos de uma linha à outra, operam o vai e vem do ver ao dizer e inversamente, agindo como flechas que não param de entrecruzar as coisas e as palavras (...) (DELEUZE, 2009, p. 3).

São as linhas de força as responsáveis por traduzir a terceira dimensão do espaço: o poder. Mostra-se invisível inicialmente, mas pode ser percebida, como realizado no trabalho de Foucault (1977), mas também no de Machado (2006), onde se nota a existência de um embate entre países ricos e pobres desde há muito tempo. O DS neste sentido é apenas uma nova interseção, um novo campo de batalha, onde o vencedor é sempre o capitalismo, agora associado a novas esferas de governamentalidade.

Aquelas linhas referentes à **enunciação** definem, com base em variáveis distribuídas às linhas de enunciados, posições diferenciadas dos elementos presentes. Os enunciados são portanto, definidos pelas variáveis que perpassam seus elementos, mas fazem parte de um mesmo contexto, como o todo que não existe sem a parte, mas que não necessariamente é um todo,

uma vez que se trata de somatório, não soma⁵. Explicita diferenciações atribuíveis a objetos, que ao se definirem pelas linhas de enunciados, alteram a enunciação. Esta

⁵ Como não é foco deste trabalho, optou-se por não ampliar esta discussão. Sobre esse assunto, ver mais em DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro, 1995.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

questão fica clara nos trabalhos que defendem a distância, ou mesmo a incomensurabilidade dos elementos internos ao DS. São um conjunto de enunciados, oriundos de diversas áreas e que compõem a somatória do DS, como demonstrado por Lélé (1991) e Mebratu (1998) e já tratado para o leitor mais atento desde Redclift (1987). Ressalta-se ainda o resultado do trabalho de Redclift (2006), para quem a situação do DS despolitiza a proposta de Sachs (1986), trata de uma tentativa de aproximar grupos divergentes de enunciados por meio da multiplicidade. Ainda neste autor, se percebe uma discussão relevante sobre a educação, cujas propostas focam variáveis que levam em uma educação para a sustentabilidade do mercado.

Já quando se trata das linhas de **subjetivação** (que, por representar o papel inequívoco do sujeito, delimita também possibilidades de **ruptura, fissão e quebra**) se fala sobre oportunidades de fuga. Deleuze (2009) deixa claro que nem todo dispositivo suporta essa possibilidade de transgressão, de escape: não se limita aqui, a uma questão de saber poder, mesmo que mantenha uma relação com ambos. “É um processo de individuação que age nos grupos ou nas pessoas, e se subtrai tanto às relações de forças estabelecidas quanto aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia” (DELEUZE, 2009, p. 3).

Três artigos sobre DS mais na linha mais organizacional podem ser trazidos enquanto capazes de dar uma visão sobre as linhas de subjetivação. O primeiro foi escrito por Pesqueux (2009). Nele, ficam nítidas questões como certo “clima otimista” associado a um “gerencialismo”. Pelas argumentações, parece existir um consenso entre as corporações sobre solidariedade, responsabilidade e equidade, fundamentais para embasar ações que são levados a cabo por executivos em suas corporações em nome de certos “senso” de responsabilidade econômica, social, societal, política, etc. Novamente neste caso, se percebe a questão da heterogeneidade (ligada agora à subjetivação dos executivos pelos sentidos), considerada pelo autor como uma prova empírica do quanto se tem em mãos um conceito vago sobre DS.

O segundo artigo relevante é o de Milne (1996), que, tendo como base trabalhos clássicos da contabilidade gerencial, tece considerações a partir da tomada de decisões. Considera que valores de recursos ambientais são excluídos das ferramentas de decisões usualmente utilizadas. Fica evidente aqui a possibilidade de fissão em que a subjetivação individual pode se pautar. Desta monta, entretanto, a linha de subjetividade se baseia na visibilidade: os instrumentos simplesmente não mostram os valores de recursos ambientais.

Um terceiro *paper*, escrito por Byrch *et al.* (2007) articula ideias sobre a sustentabilidade em três grupos de líderes: aqueles promotores da sustentabilidade, dos negócios, e dos dois ao mesmo tempo. Fazendo uso de mapas mentais extraídos de cartões preenchidos pelos seus sujeitos da pesquisa, os autores encontram diferentes níveis de complexidade e detalhamento. Com este enfoque, nota-se que há tipos de subjetivações específicas em cada grupo. Aqueles associados à sustentabilidade ressaltam o ambiente, o futuro, os limites de recursos da Terra, um ativismo de forma mais radical; os grupos de negócios geralmente consideram o crescimento econômico como base para o DS; enquanto os que promovem os negócios



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

sustentáveis consideram elementos de ambas as dimensões, combinando ênfases no domínio ambiental a ativismos relacionados ao DS de maneiras reformistas.

Neste trabalho se percebe as linhas de subjetivação se entremisturando, mas se mantendo. Fica clara a relação entre o livre arbítrio individual em suas relações com os discursos. As linhas de subjetivação se desarticulam com o econômico em um dos grupos, mas é traço marcante nos outros dois, ao mesmo tempo reforçando e negando, ligando e descontinuando. Quebram-se laços, rompem-se com argumentos, faz-se a fissão dos grupos com indivíduos, com discursos.

Mas tanto no último quanto nos outros artigos, se percebe a relação principal do indivíduo com o dispositivo: sua resposta particular, única e ao mesmo instante, temporalizada, respondente a um arcabouço de heterogeneidades, entre a rede do dito e do silenciado, em suma: uma articulação do discurso no espaço/tempo feita pela partícula mais importante do poder, o sujeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho escolhido, tendo como base o de Foucault nas suas obras sobre a sexualidade, encontra limitações. Busca-se uma percepção de fundamentos para afirmar a existência deste dispositivo por dentro de um discurso acadêmico, que ainda tenta compreender o fenômeno do DS. Entretanto, em todos os posicionamentos se encontram pequenas marcas. E acredita-se que estas foram suficientes para alcançar as propostas lançadas, pois apontam em uma direção comum.

Percebeu-se no DS, assim como num dispositivo, uma rede. Uma rede que se estabelece entre elementos do dito e do não dito, do visível e do escamoteado. Tem em si, uma formação que atende a emergências específicas, inscritas em um jogo de poder e trata-se assim, de função estratégica que busca um domínio, uma hegemonia. No caso específico, a disputa tende a enevoar a manutenção das relações de consumo e produção nos seus diversos níveis: entre países, sociedades, indivíduos etc.

O discurso do desenvolvimento sustentável é heterogêneo, multidisciplinar e cristalizado em diversos artefatos, como instituições e documentos, mas esta questão não é um passo inicial em sua jornada enquanto dispositivo. O DS emerge como a continuação de um coletivo de forças, de uma rede discursiva sem início ou fim, de algo que separa, ao mesmo tempo em que conecta com fins específicos, certas diferenças. Pode-se considerar o DS, como uma nova sintaxe do embate entre forças que se traduzem em saberes distintos, sobre interesses particulares. Mas aqui, não há nada de ingênuo: nas palavras, nas coisas, nos diversos elementos existe uma “contaminação” por sentidos que buscam a solução de um problema econômico, problema direcionado há muito tempo pelas nações e sancionado em cada nova Conferência da Organização das Nações Unidas, em cada novo evento sobre a sustentabilidade.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

O DS vai além da tríade de demandas econômicas, sociais e ecológicas. Visa conquistar a “alma” dos sujeitos, uma nova posição em que se pensa e vêem as posturas, os consumos, as entregas individuais pelo prisma da “responsabilidade”. Um novo conjunto de mobilidades do sujeito diante de um novo campo de forças novas: saberes, poderes, sujeições. Mas a principal questão está clara: muda-se para manter a um consumo, uma nova e renovada formulação do modal capitalista. Uma nova lógica, o velho modo de produção e consumo.

Ponto chave e principal participante desta disputa, não se pode abrir mão de uma partícula principal: o sujeito. Assim, no DS, se pode perceber a emergência de subjetivações individuais, convexas ou não aos diversos elementos de saber poder. Estes embates individuais com as “linhas” do dispositivo são importantes no jogo de poder. Por isso também, tanto em Foucault (1979) como em Deleuze (2009), o indivíduo tem papel extremamente relevante: a resposta para o alinhamento das ações individuais passa não somente por planejamentos e racionalizações do espaço onde os indivíduos se encontrarão,

mas também pelo planejamento do próprio sujeito, pela tentativa de fazer da pessoa o principal espaço do poder. Assim, surgem espaços e possibilidades para a sujeição individual. Ensinamentos e hierarquias dentro dos diversos grupos, dos pequenos grupos.

Deste modo, o poder emana da subjetivação dos indivíduos, de suas atividades e sua subjetivação: se exerce através de diversos pontos; é imanente e produtor de uma subjetividade; reside no mesmo local de onde emana a resistência. Gera-se assim uma linha de força que pode se originar de heterogeneidades, mas tem no fundo um efeito homogeneizador. O DS tem sim uma tendência hegemônica. Mas precisa que as pessoas sejam, em sua diversidade, capazes de se mover de acordo com ilações dos efeitos hegemônicos.

Surgem então, no interior das organizações, consensos sobre responsabilidade, equidade, associados a climas otimistas e gerencialistas, ao mesmo tempo em que se escondem valores ambientais. O resultado disso é o posicionamento do indivíduo: numa matiz entre formas de ativismo radical e de crescimento econômico como base para o DS, conclama-se ao sujeito uma postura.

Os macroelementos da rede desembocam e dependem de uma heterogeneidade, onde o próprio poder ancora sua maior força: a subjetivação individual. O poder está no que o sujeito traz de volta à heterogeneidade. E para tal, lança mão de todas as armas disponíveis.

Neste sentido, o DS é um dispositivo, mas longe de ser novo, trata da continuação de uma velha disputa que tem como principais vencedores a manutenção das relações de consumo e produção e a apoteose do capitalismo. E as cartas marcadas estão na mesa do jogo discursivo. Assim, ao indivíduo ainda cabe, cotidianamente, lançar sua sorte pelos naipes



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

de saber poder que parecem estar a sua mão: não há vitoriosos sem jogadores. Boa sorte a todos então.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *¿Qué es un dispositivo?* Disponível em: <<http://www.4shared.com>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

BERNADELLI, Tânia Mara; JESUS, Altair Reis de. *O discurso da sustentabilidade e as práticas de consumo da sociedade contemporânea*. In: V ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 27 a 29 de maio de 2009.

BYRCH, Christine; KEARINS, Kate; MILNE, Markus; MORGAN, Richard. *Sustainable “what”?* A cognitive approach to understanding sustainable development. *Qualitative Research in Accounting & Management*, vol. 4, n 1, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. *Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica*. *Estudos Avançados*, 26 (74), 2012, p. 35-50

DELEUZE, Gilles. *O que é um Dispositivo?*. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.html>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits: Dialogue sur le Pouvoir*. Paris: Gallimard, 1994. V. 3.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

GASSNER, Jochen. *Defining and measuring macroeconomic sustainability –the sustainable economy indices*. *Clean Techn Environ Policy*, 5 (2003), 265-272.



III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

KUGELMAS, Eduardo. *Revisitando o desenvolvimento*. RBCS, vol. 22, n. 63, fevereiro 2007.

LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. *World Development*, vol. 19, n. 6, pp. 607-621, 1991.

MACHADO, Vilma de Fátima. *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio 92*. III Encontro ANPPAS, Brasília 23 a 26 de maio de 2006.

MEBRATU, Desta. *Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review*. *Environ Impact Asses Rev*, 1998.

MILNE, Markus J. *On sustainability; the environment and management accounting*. *Management Accounting Research*, 1996.

MORALEJO, Itziar Aguado; MIGUEL, Carmen Echebarria; LEGARRETA, José M. Barrutia. *El desarrollo sostenible a lo largo de la historia del pensamiento económico*. *Revista de Economía Mundial*, 2009.

PESQUEUX, Yves. *Sustainable development: a vague and ambiguous "theory"*. *Society and Business Review*, vol. 4, n 3, 2009.

REDCLIFT, Michael. *Sustainable development: exploring the contradictions*. London: Routledge, 1987.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986.

VEIGA, José Eli da. *Indicadores de sustentabilidade*. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010, p. 39-52.

WCED - World Commission on Environment and Development. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.